



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 53, DE 2024

(Do Sr. Alberto Fraga)

Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre fundamento da busca contínua da confiança na Internet e no seu uso, a vedação do anonimato e acréscimo dos princípios da rastreabilidade e da integridade, e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-2582/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI N.º _____, DE 2024

(Do Senhor Alberto Fraga).

Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre fundamento da busca contínua da confiança na Internet e no seu uso, a vedação do anonimato e acréscimo dos princípios da rastreabilidade e da integridade, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....

.....

VII - busca contínua da confiança da rede e do seu uso.

Art. 3º

I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, vedado o anonimato, nos termos da Constituição Federal; (NR)

.....



IX - rastreabilidade de conteúdo publicado, por meio de metadados, especialmente origem e data, na forma da regulamentação;

X - integridade dos sistemas disponibilizados para uso geral.

.....”

Art. 2º Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei, de modo bastante sucinto, busca alterar o Marco Civil da Internet para vedar o anonimato na rede, deixando claro no corpo da lei essa disposição, como forma de reafirmar esse relevante princípio constitucional, muitas vezes suprimido de forma indevida e prejudicial às pessoas, de forma particular, e à Sociedade como um todo.

Ademais, propõe-se a previsão entre os princípios do art. 3º a inclusão da rastreabilidade de conteúdo publicado, por metadados, especialmente origem e data, na forma da regulamentação, como forma de atender, de modo ainda mais contundente, a questão do uso indevido do anonimato.

Propõe, ainda, nessa linha, como princípio, a integridade dos sistemas disponibilizados para uso geral, de maneira a garantir a disponibilização de dados e a segurança de qualquer sistema colocado para uso público. Com efeito, a integridade é essencial para assegurar a confiança num determinado sistema informático, seja ele um “site” para usos específicos ou uma plataforma mais complexa, como aquelas de comércio eletrônico.

Apresenta-se, ainda, sugestão para inclusão como fundamento da Internet no Brasil a busca contínua da confiança da rede e do seu uso.

Enfim, o que se pretende é trazer mais transparência e segurança aos usuários da Internet, sem atingir a garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, mas apresentando mecanismos



para dificultar o uso indevido do anonimato e garantir a integridade dos sistemas disponibilizados e a confiança na rede como um todo.

Com esses argumentos, solicito aos colegas parlamentares a discussão, o aperfeiçoamento e a aprovação desta proposição, por entender que se trata de avanços necessários para o pleno exercício da cidadania no âmbito da Internet.

Sala das Sessões, em 24 de janeiro de 2024.



Deputado Alberto Fraga





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2014-0423;12965
--	---

FIM DO DOCUMENTO